



ESTADO DA PARAÍBA
CONSELHO DE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA E COMBATE À CORRUPÇÃO

ATA DA 23ª REUNIÃO DO CONSELHO DE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA E COMBATE À CORRUPÇÃO - CTPCC		
Local: Sala de reunião PGE	Data: 13/02/2025	Hora: 09h30 às 11h00
Elaborada por: Rafaella Teixeira		
Pauta: - Criar grupo de trabalho para elaborar minuta de norma sobre Dados Abertos; - Apresentação e Avaliação do Portal de Transparência Pública do Poder Executivo; - Agendamento da próxima reunião.		
Documentos de Referência: Decreto nº 36.303/2015 Ato Governamental 2.527/22 Ato Governamental 1.471/23		

PARTICIPANTES		
Nome	Órgão	E-mail
Letácio Guedes	CGE	letaciojr@cge.pb.gov.br
João Bosco Carneiro	ALPB	carneirojuniorjoabosco@gmail.com
Christiane Mariz	FOCCO	cpessoa@tce.pb.gov.br
Carlos Davi	MPPB	carlos.lima@mppb.mp.br
Francisco Petrônio	SEPLAG	petroniorolim@seplag.pb.gov.br
Waldir Porfírio	SPG	waldirporfirio@gmail.com

CONVIDADOS		
Nome	Órgão	E-mail
Christiny Sanson	SEAD/SEMTD	chris.sanson@sead.pb.gov.br
Felipe Ribeiro	SEAD/SEMTD	felipe.ribeiro@sead.pb.gov.br
Márcia Regina Alencar	ALPB	marciarvalencar@gmail.com
Albano Vanderley Borba	ALPB	albanoborba@hotmail.com

DETALHAMENTO DA REUNIÃO		
1) O presidente Waldir Porfírio iniciou a reunião informando que foi publicada na edição do Diário Oficial Estado, do dia 12.02.2025, alteração na composição do Conselho, conforme solicitado pelos órgãos demandantes: MPPB – Carlos Davi como representante Titular; ALPB – Deputado João Bosco Carneiro como representante Titular; OGE – Rayssa Félix como representante Suplente; e SEAD – Tayná Andrade como representante Suplente.		
2) Em sequência, o presidente sugeriu antecipar o segundo ponto da pauta, deixando o primeiro para o final, onde passou a palavra para a convidada Christiny Sanson, da Secretaria de Modernização, Transformação Digital/SEAD, iniciar apresentação abordando os avanços para alcançar um melhor posicionamento nos rankings de Transparéncia de 2025.		

3) Christiny informou que foi criado núcleo de trabalho, coordenado por Felipe Ribeiro, com objetivo de analisar os critérios colocados pelas Organizações avaliativas, e o atendimento do Governo do Estado aos itens.

4) Passando a palavra para Felipe/SEAD, o mesmo informou que referente à avaliação da Atricon, o Governo do Estado irá encaminhar à organizadora avaliadora, como sugestão de melhor redação/especificação, até o dia 21 de fevereiro, alguns pontos que deixam lacunas. O primeiro seria referente a Disponibilidade. Felipe citou o exemplo de determinado link está e não está disponível em uma escala de tempo, pois na informática se sabe que em determinado tempo possa ser que o link não esteja ativo, por essa razão é interessante ser mais objetivo em qual momento houve/haverá a consulta para ser avaliado esta disponibilização e; o segundo ponto se refere aos Filtros, segundo ele, foi verificado que não tem uma normatização clara de quais filtros devem ser obrigatórios, em determinadas pesquisas.

5) O Conselheiro Letácio comentou também que nas discussões do Grupo de Trabalho, a Conselheira Jaqueline sugeriu que não houvesse mais rankings por estados. Que a classificação fosse realizada por categoria, como bronze, prata, diamante. Outro ponto apontado pelo Conselheiro seria informações sobre recurso, como seria esse diálogo com a Organização, em caso de não concordância com a avaliação?! Referente à Organização Transparência Internacional foi observado que a classificação já é colocada como péssimo, ruim, bom e ótimo.

6) Em seguida, Christiny apresentou o Mapa mental — classificando todos os requisitos colocados pela Atricon — que está sendo atendido pelo poder Executivo e o que está em aberto. Apesar destes esforços, foi observado que a nota aplicadas ao Estado, envolve todos os poderes: Executivo, Legislativo, Judiciário, Ministério Público, Tribunal de Contas. Na última avaliação a Paraíba ficou mal avaliada pois alguns poderes não pontuaram.

7) Os conselheiros frisaram que é importante que a Transparência seja voltada ao cidadão. Felipe/SEAD informou que a Transparência Internacional tem um olhar avaliativo mais próximo do cidadão, com observações próximas ao consumo de serviços do cidadão, do servidor e não somente técnicos, especialistas.

8) O Conselheiro João Bosco questionou por que a ALPB não pontuou. A presidente da comissão de Transparência da Assembleia, Márcia Regina, convidada para a reunião, informou que também gostaria de saber como foi o contato da Atricon com os órgãos, pois até o momento a ALPB não recebeu nenhuma comunicação da avaliação, o que acarretou na não pontuação no ranking. O Conselheiro Letácio informou que a comunicação geralmente se apresenta por meio de ofício, informando sobre a avaliação e encaminhando a cartilha com itens que serão avaliados, onde o ente deve informar quais itens há atendimento e não atendimento, e devolver à Organização, no prazo informado. Posteriormente haverá avaliação técnica pela Atricon para validar se de fato os itens estão disponíveis no portal da Transparência.

9) O presidente Waldir sugeriu que os demais poderes participassem da próxima reunião do Grupo de Trabalho, composto atualmente por representantes da CGE, SEAD, SECOM e CODATA, para entender melhor a metodologia e Cartilha da Atricon com objetivo de aplicá-la

no seu órgão.

10) Em seguida, Christiny apresentou a estratégia de trabalho do GT de Transparência: onde os indicadores da cartilha da Atricon são avaliados uma a um. Cada dimensão é avaliada dando prioridade para atender os itens com peso maior para que possamos alcançar uma pontuação que desejamos. Atualmente, dos 14 pontos da pontuação máxima, já estamos atingindo 12. Todos os itens passam pelo processo de identificação da fonte, dono do dado, e de como conseguir disponibilizar publicamente, o mais breve. Segundo Christiny, a parte Legal e Administrativo Governança, está com baixa pontuação, onde os esforços, no momento, se concentram para conseguir avançar nesta próxima avaliação.

11) Referente à parte legal, o Conselheiro Letácio comentou que ainda está em aberto a PL Conflito de Interesses, que foi arquivada pela ALPB. E é um dos pontos avaliados pelas organizações avaliativas de transparência.

12) Outro ponto seria a elaboração de um plano de dados abertos, estabelecendo diretrizes para abertura e compartilhamento de dados públicos. O presidente Waldir informou que para este, que é o segundo ponto da pauta, será preciso criar um grupo para minutar norma. Os conselheiros Letácio, Carlos Davi e o presidente Waldir ficaram responsáveis pela elaboração do Plano de Dados Abertos do Estado da Paraíba.

13) Por fim, e sem mais colocações, os Conselheiros acordaram que a próxima reunião do grupo será em 25 de abril de 2025.

PENDÊNCIAS ANTERIORES		
Atividade	Responsável	Data Limite
Não se aplica		
COMPROMISSOS		
Atividade	Responsável	Data Limite
AGENDA DA PRÓXIMA REUNIÃO		
Assunto	Data	
Anexos		